

## A evidência de práticas orientalistas como instrumento do imperialismo no pós-11 de Setembro

Me. Leonardo Luiz Silveira da Silva  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

### Resumo

A retórica imperialista esteve durante muito tempo a serviço de uma *mission civilisatrice* que justificava moralmente a subjugação de um povo por outro. Esta estratégia passava pela criação de estereótipos pejorativos que se apoiavam em uma proposta fortemente etnocêntrica. O professor Edward Said, um dos expoentes dos estudos pós-coloniais, sugeriu o termo “Orientalismo”, que seria um modo de abordar o Oriente – propriamente do mundo islâmico – baseado na experiência ocidental europeia. Através de sua apurada crítica, o professor apresenta as diversas formas de consolidar imaginários que estavam a serviço do imperialismo europeu. Com a descolonização e após o fim da Guerra Fria, um resgate da abordagem orientalista coincide com o posicionamento do mundo islâmico como um entrave às aspirações ocidentais. O fortalecimento do Orientalismo torna-se ainda mais notório após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. O artigo tem como objetivo apontar indícios do resgate orientalista no mundo contemporâneo como forma de justificativa moral para o imperialismo. O texto a seguir trata-se de uma tentativa de mostrar que os discursos hegemônicos estão a serviço de causas menos nobres que se transvestem de pretensos valores universais.

**Palavras-chave:** Imperialismo, Orientalismo, Edward Said, etnocentrismo, atentados terroristas de 11 de Setembro.

### Abstract:

*The imperialist rhetoric has long been in the service of a mission civilisatrice morally justifying the subjugation of one people by another. This strategy passed by the derogatory stereotyping that relied on a proposal strongly ethnocentric. Professor Edward Said, one of the exponents of postcolonial studies, suggested the term Orientalism that would be a way of approaching the East specifically the Islamic world based on Western European experience. Through its accurate critique, the teacher presents the different ways to consolidate imaginary that were in the service of European imperialism. With decolonization and after the end of the Cold War, a rescue of the orientalist approach coincides with the position of the Islamic world as an obstacle to Western aspirations. The strengthening of Orientalism becomes even more pronounced after the terrorist attacks of September 11, 2001. The article aims to point out the rescue Orientalist evidence in the contemporary world as a form of moral justification for imperialism. The following text it is an attempt to show that the hegemonic discourses are serving less noble causes that dress supposed universal values.*

**Keywords:** Imperialism, Orientalism, Edward Said, ethnocentrism, the terrorist attacks of September 11.

Recebido 06/2013  
Aprovado 10/2013

leoluizbh@hotmail.com

## Introdução

Charges retratando o profeta Maomé, corões queimados por pastores ou clérigos de variadas denominações religiosas tipicamente ocidentais, filmes retratando um lado humano e falho do profeta são eventos que motivaram, em um passado recente, uma grande percepção daquilo que seria a oposição entre valores do Ocidente e Islã. Samuel Huntington, professor americano falecido em 2008, chamaria tais eventos de *Choque de Civilizações*. Recentemente foram divulgadas notícias acerca da reação negativa e às vezes violenta de cidadãos do mundo islâmico frente a algumas ações praticadas por ocidentais. A partir dessa divulgação de grande repercussão midiática, tornou-se fato relativamente comum um europeu ou americano se posicionar a partir de estereótipos que caracterizam pejorativamente os cidadãos de fé islâmica<sup>1</sup>. Não são levadas em conta as diferentes interpretações do corão, o grau de secularização de uma sociedade e a distância que é estabelecida entre Estado e igreja: no final das contas, pelo menos no imaginário de significativa porção da população ocidental, todos os islâmicos acabam caindo na mesma qualificação, sem relativização de nenhuma espécie. A própria terminologia “mundo islâmico” já alude a uma massa homogênea impermeável, o que entra em choque com marcantes características da cultura, definida por Said (2007, p. 460) e Eagleton (2011, p. 28): seu caráter híbrido e permeável. Edward Said expõe de maneira magistral a fragilidade dos estereótipos que persistem no mundo contemporâneo:

Hoje em dia ninguém é uma coisa só. Rótulos como indiano, mulher, muçulmano ou americano não passam de pontos de partida que, seguindo-se uma experiência concreta, mesmo que breve, logo ficam para trás. O imperialismo consolidou a mescla de culturas e identidades numa escala global. Mas seu pior e mais paradoxal legado foi permitir que as pessoas acreditassem que eram apenas, sobretudo, exclusivamente brancas, pretas, ocidentais ou orientais. No entanto, assim como os seres humanos fazem sua própria história, eles também fazem suas culturas e identidades étnicas. Não se pode negar a continuidade duradoura de longas tradições, de moradias constantes, idiomas nacionais e geografias culturais, mas parece não existir, nenhuma razão, afora o medo e o preconceito, para continuar insistindo na separação e distinção entre eles, como se toda existência humana se reduzisse a isso. (SAID, 2011, p. 510)

Os estereótipos são provavelmente sustentados pela posição dominante do Ocidente, que recentemente colonizou vastas áreas islamizadas, como o Magrebe, o Oriente Médio, a Indonésia, a Índia (sua minoria islâmica é muito significativa em termos absolutos) e a costa leste africana. O Ocidente produziu etnografias de viés etnocêntrico, fez guerras de ampla aceitação popular, encontrou justificativas banais quando a violência partia do Islã para o seu lugar, e fez e vem fazendo leituras, mesmo acadêmicas, tão estereotipadas a ponto de inspirarem Edward Said a criar uma categoria para esta classe de acadêmicos: os Orientalistas.

Jean-Leon Gerome e Adrien Henri Tanoux dedicaram-se, pelo menos em parte de suas carreiras, à arte orientalista. Neste tipo de arte, feita em um período em que os modernos Estados europeus ainda não haviam se apossado das terras do Levante, mas já estavam presentes no Magrebe, a mulher é representada em seu contraste: sem pudor no interior de sua casa e com muita discrição em ambientes públicos. É destacada a qualidade do árabe, como se inata fosse, de se ater ao comércio e ter apreço pelos haréns. As ruas movimentadas e os mercados de rua também são elementos constantes na pintura orientalista. Este tipo de expressão, ainda que mais singela e de difícil associação com o exercício imperial da Europa para com o norte da África e o Oriente Médio, aponta, no

<sup>1</sup> Nesses momentos, o conceito de nação, Estado, civilização ou sociedade se misturam, recebendo uma adjetivação comum. A generalização absurda que se faz apresenta-se como um sintoma da má vontade que nega o exercício da alteridade e que consagra o achincalhamento do Islã.

mínimo, para as peculiares diferenças entre “nós e eles”, apontamento este que semeia os discursos sobre as diferenças que vão construir, no futuro, estereótipos pejorativos dos árabes que justificam a chamada missão civilizadora europeia.

Figura 1 “The favorite”, de TANOUX, Adrien Henri (1904)



Disponível em: <<http://www.orientalist-art.org/french/tanoux-favorite-1904.html>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

Nas palavras de Tuan (1980, p. 35), o etnocentrismo é um traço humano comum. Partindo deste pressuposto, qual seria a justificativa de centrarmos a reflexão no Islã? Afinal, os árabes muçulmanos também produzem estereótipos acerca dos ocidentais. O exemplo da relação Ocidente-Islã (temos aqui como Ocidente, entre outros, a Europa Ocidental e os Estados Unidos) é emblemático. É uma região em que seus Estados já desafiaram ou ainda desafiam em alguma medida as grandes potências. Os exemplos são diversos. Apesar disso, as pressões que recaem sobre os Estados da região são muito fortes e se manifestam em diversas formas, como a banalização do Ocidente sobre o seu modo de vida (mais clara quando examinada simetricamente de sociedade para sociedade), a proliferação de produções acadêmicas orientalistas, o assédio militar das potências que promovem o exercício da persuasão política, a aculturação de suas sociedades<sup>2</sup> através dos meios midiáticos e imposição econômica e as pressões das instituições internacionais.

O choque entre Islã e Ocidente tem sido relativamente frequente na mídia. Isto se explica, em boa parte, pelos números. O Islã é representado por um grande número de nações e por um imenso contingente populacional que rivaliza – tratamos aqui do ponto de vista estritamente numérico – com o Ocidente majoritariamente cristão. As fronteiras entre estas duas entidades são vastas e as novas relações econômicas são potencializadas pelas inovações tecnológicas, que desencadeiam, por sua vez, trocas culturais mais intensas. Cria-se, no âmbito da sociedade, uma demanda no sentido de compreensão do outro, do diferente. Said lembrou, na ocasião em que escreveu Cultura e

<sup>2</sup> A palavra “sociedades”, colocada no plural, reforça a tese da diversidade em meio àquilo que se convencionava ser o “mundo muçulmano”.

*Imperialismo*, que, “apesar de proliferarem centros de estudos islâmicos ou do Oriente Médio e Norte da África no Ocidente, não havia sequer um centro de estudos ocidentais no islã” (SAID, 2011, p. 297). Uma análise descuidada e orientalista poderia ligar este fato ao caráter preguiçoso, ao péssimo raciocínio inato e à incapacidade dos povos islâmicos de gerirem uma “*sociedade moderna*”, enquanto preferimos, ao rechaçar tais hipóteses, agarrar-nos a uma explicação de natureza histórico-sociológica: o Islã estagnou o seu desenvolvimento socioeconômico, fazendo com que sua estrutura educacional e quiçá social não fosse mais capaz de colocar seus pesquisadores na vanguarda de alguns ramos importantes da ciência. Não queremos dizer com isso que o Islã deveria ter traçado um percurso de desenvolvimento seguindo a fórmula ocidental. Isto seria a repetição condenável da corrente evolucionista cultural que predominou na antropologia na segunda metade do século XIX. Seria mais sensato considerar que, com as dificuldades que foram impostas ao Islã e às diversas sociedades que se desenvolveram sob o seu domínio, não foi possível para esses dar continuidade ao progresso à sua maneira.

Bernard Lewis – professor que é tido como uma das maiores autoridades sobre os assuntos ligados ao Oriente Médio e ao Islã – travou com Edward Said um duelo teórico que ficou imortalizado nas páginas de suas obras mais famosas. Said faz duras críticas à abordagem de Lewis em pelo menos duas obras: *Cultura e Imperialismo* e *Orientalismo*. Said classifica Lewis como um orientalista em diversas ocasiões em seu sistemático embate. Em uma de suas críticas, Said salienta:

A verbosidade de Lewis mal encobre o suporte ideológico de sua posição e sua extraordinária capacidade para compreender quase tudo equivocadamente. Claro, esses são atributos familiares da estirpe dos orientalistas, alguns dos quais tiveram ao menos coragem de ser honestos na sua difamação dos povos islâmicos e de outros povos não europeus. Não é o caso de Lewis. Ele procede distorcendo a verdade, fazendo falsas analogias e insinuações, usando métodos a que acrescenta aquele verniz de tranquila autoridade onisciente que supõe ser o modo como os eruditos falam. (SAID, 2007, p. 454)

Said ainda interpreta o posicionamento de Lewis, como se tentasse discorrer sobre a razão pela qual um renomado professor britânico que se diz especialista nos estudos associados ao Oriente Médio comete equívocos crassos em sua forma de analisar:

A tática de Lewis é suprimir uma quantidade significativa de experiência histórica. Como sugiro, o interesse europeu no islã não provinha da curiosidade, mas do temor de um rival do cristianismo – um rival monoteísta, cultural e militarmente formidável. Conforme mostraram numerosos historiadores, os primeiros estudiosos europeus do islã eram polemistas medievais que escreviam para conter a ameaça das hordas e da apostasia muçulmanas. De uma ou outra maneira, essa combinação de temor e hostilidade persiste até os dias de hoje, na atenção erudita e não erudita a um islã que é visto como pertencente a uma região do mundo – o Oriente – contraposta imaginativa, geográfica e historicamente à Europa e o Ocidente. (SAID, 2007, p. 455)

Com tais argumentos, tenta mostrar que Bernard Lewis é fruto do seu meio – em outras palavras, contaminado pelo eurocentrismo, que é a marca maior de parte de sua argumentação a respeito do mundo islâmico, e que estaria, na sua visão, a serviço da defesa do cristianismo europeu contra o seu rival monoteísta: o Islã.

Said lembra, de maneira oportuna, que boa parte da literatura produzida no Ocidente sobre o Oriente possuía a marca da visão deturpada acerca do Islã. Mais que isso, em uma sociedade em que

o consumo é um dos valores centrais, a literatura não foge à regra: a partir da demanda, surgem os livros de encomenda. Tais livros surgem no mercado como uma resposta à tentativa da sociedade de entender o então exótico, diferente e distante, que passou a se relacionar com mais intensidade com o mundo ocidental, causando-lhe problemas. Programas jornalísticos televisivos se aproveitam de um momento político conturbado de uma nação islâmica para oferecer uma enxurrada de informações incompletas e etnocêntricas que é repetida exaustivamente pelo senso comum. Vimos isto acontecer com o Iraque, o Afeganistão, a Líbia, o Egito, e isto nos permite ter a ousadia de considerar que com outros acontecerão. Em um exemplo formidável em seu livro *Cultura e Imperialismo*, Said mostra como um momento político pode fazer com que a reação do mercado bibliográfico se modifique:

Por um lado, ninguém no espaço público dominante havia prestado muita atenção no Iraque como sociedade, cultura ou história até Agosto de 1991; a partir daí, foi avassaladora a enxurrada de livros de tipo jornalístico e programas de televisão. Não por acaso, *The Republic of fear* foi lançado em 1989, e passou despercebido. Mais tarde, o autor virou uma celebridade não porque seu livro trouxesse alguma grande contribuição ao saber – e o autor não oculta o fato –, e sim porque o seu “retrato” obsessivo e monocromático do Iraque atendia perfeitamente à necessidade de uma representação desumanizada, a-histórica e demonológica de um país como encarnação de um Hitler árabe. Ser não ocidental (os rótulos reificantes são, em si mesmos, sintomáticos), portanto, é ser ontologicamente desafortunado em todos os aspectos, ser um fanático ou, na melhor das hipóteses um seguidor, um consumidor preguiçoso que pode usar o telefone, mas nunca seria capaz de inventá-lo, como diz Naipaul em algum lugar. (SAID, 2011, p. 463)

A demanda é criada pelo modismo, pela necessidade de entendimento daquilo que está em voga. A necessidade de atendimento a uma demanda que surge abruptamente traz repercussões em várias instâncias. Transvestida *a priori* pela manta da erudição, a sede pelo conhecimento do desconhecido que se apresenta não passa de um fermento para o bolo da alienação. Não é exagero afirmar que o inflamado discurso de George W. Bush logo após os atentados terroristas de 11 de Setembro ajudaram-lhe a reverter um quadro negativo em que se encontrava sua popularidade. Ao demonizar e achincalhar o Afeganistão, a rede terrorista Al Qaeda e toda a sorte de manifestação tida por ele como “extremista”, Bush esquece que o terrorismo em Nova York é também explicado como um efeito colateral da prática imperialista norte-americana. Este raciocínio, contudo, não é discutido ou cogitado pelos poderes hegemônicos que constroem a imagem pejorativa dos países tidos como “extremistas”. O Afeganistão, um dos personagens coadjuvantes do evento de 11 de Setembro, teve o seu posicionamento no imaginário político do Ocidente transformado em um período de duas décadas. Na década de 1980, o Afeganistão era um Estado-chave na contenção da expansão soviética e lutou bravamente – com o apoio americano e de certo milionário saudita chamado Osama Bin Laden – contra a invasão comandada por Moscou. Dentre os filmes de forte viés nacionalista produzidos na década de 1980, Rambo III se destaca como leitura deste episódio: o filme que mostra o personagem John Rambo lutando ao lado de afegãos contra os soviéticos apresenta, no seu trecho final, uma sóbria defesa da bravura do povo deste país da Ásia Central, em um momento em que realidade e ficção se misturam. As mudanças do olhar em direção a estes Estados ou figuras políticas atende à lógica da utilidade: no momento em que possuem serventia, são aliados; no momento em que suas políticas vão contra os interesses do antigo aliado, tornam-se inimigos com uma facilidade impressionante, livres de ressentimentos de natureza ética ou moral.

Saddam Hussein experimentou na pele estas inversões diacrônicas. Enquanto lutava contra o aiatolá Khomeini no Irã, era um bom aliado; quando invadiu o Kuwait menos de dois anos após o final da Guerra Irã-Iraque, passou a ser um odiado adversário. Osama Bin Laden vestiu a carapuça de um bom aliado e experimentou o dissabor de ser colocado como o homem mais procurado pelos Estados Unidos em um período de duas décadas.

O Irã tem sido apresentado mais recentemente como um país extremista que tem obsessão em construir seu arsenal atômico. Neste caso, as políticas iranianas são tidas como obsoletas e impróprias para um mundo pretensamente “moderno”. Para todos estes exemplos, é tênue a linha entre o desconhecimento e a má-fé intelectual. Vimos também que há um sentido econômico em produzir aquilo que cai bem à leitura das massas alienadas. É uma abordagem que vai no sentido da discussão do sexo dos anjos: a massa é alienada pelo fato de que as produções são intensamente etnocêntricas ou a recíproca é verdadeira? Parecem ser possibilidades retroalimentadas e, portanto, dotadas de alta correlação.

Um dos perigos que reside na série de qualificações e estereótipos do Ocidente para o Oriente é a definição de Estado Falido. Quando um país assim é definido, como lembra Badie (1999), há um convite para a intervenção estrangeira amparado por um respaldo moral, afinal, os Estados que se encaixam nessa categoria representam um perigo não somente para os seus vizinhos, como para toda a estabilidade mundial. Os Estados Falidos são aqueles em que as suas instituições não funcionam ou funcionam de forma tão precária que a própria existência do Estado pela sociedade é colocada em xeque, permitindo o desenvolvimento de todo tipo de atividade paralela que surge sem ser tutelada por alguma instituição estatal. Sua conceituação é claramente subjetiva e existem sérias dúvidas quanto à qualificação do Iraque de 2003 como um Estado Falido. Ao tentar provar que o país era um perigo para a ordem internacional após incluí-lo em uma categoria especial – o eixo do mal<sup>3</sup> –, George W. Bush tentou desqualificar o Iraque de várias maneiras: apresentou-o como uma ameaça aos vizinhos e ao seu próprio povo; denunciou a suposta tentativa de Saddam Hussein de desenvolver armas químicas e biológicas e anunciou o país como um suposto Estado que seria negligente na luta contra o terrorismo e quiçá apoiador de atividades desta natureza.

No momento em que os Estados Unidos tentavam consolidar moralmente a invasão ao Iraque perante a comunidade internacional, grande parcela da culpa pelo mau funcionamento das instituições iraquianas poderia ser creditada ao programa *Oil for food*, implantado logo após a Guerra do Golfo de 1991 e que impôs a troca de petróleo por comida como sanção econômica ao Iraque. É bom lembrar que a decadência financeira por si só não leva o Estado à categoria de Falido, mas pode prejudicar o funcionamento das suas instituições, contribuindo para que esta qualificação passe a ter sentido. Com informação adequada e um pequeno esforço analítico, mais pessoas poderiam facilmente perceber a diferença entre os funcionamentos das instituições iranianas e norte-coreanas de um lado (pertencentes à categoria do eixo do mal), e somalis (Estado comumente citado como o maior exemplo de falência estatal) de outro. Esta possibilidade é dizimada com a massacrante exposição a literaturas e abordagens orientalistas e outras abordagens deturpadas, que criam as justificativas morais que validam as ações imperialistas das potências.

<sup>3</sup> A categoria eixo do mal foi criada em um discurso de George W. Bush, logo após a invasão dos Estados Unidos ao Afeganistão. Nesta categoria estavam incluídos o Iraque, a Coreia do Norte e o Irã. Um dos três componentes do eixo do mal foi invadido e os outros dois sofrem fortíssimas pressões no intuito de adotarem certos comportamentos.

## Fortalecimento do Orientalismo como resposta aos atentados de 11 de Setembro

O imbróglio entre Bernard Lewis e Edward Said é instrutivo. Trata-se de uma disputa entre intelectuais com visões bem diferentes acerca do olhar sobre o Islã e seu papel no mundo. Voltemos às acusações de Said. O autor argumentou que a literatura oportunista acaba sendo pautada por argumentos descuidados. Livros que acabavam ganhando os mercados traziam os estereótipos mais rasos e sem sustentação, o que não era um problema para os seus autores, que experimentavam grande sucesso medido pela vendagem dos seus exemplares. Bernard Lewis, assim como foi o caso relatado por Said (2011, p. 463) acerca do livro *República do medo*, de Kanan Makiya, caiu na armadilha (ou se jogou) do oportunismo literário, o que fica evidente quando vemos a data das edições de algumas de suas obras de mais vendagem, como está exposto a seguir:

TABELA 1 Obras de Bernard Lewis selecionadas

| Título da Obra                                     | Ano de publicação da versão original |
|--|--------------------------------------|
| Os assassinos: os primórdios do terrorismo no islã | 2001                                 |
| O que deu errado no Oriente Médio?                 | 2002                                 |
| A crise do islã: Guerra Santa e Terror Profano     | 2003                                 |
| A descoberta da Europa pelo islã                   | 1982/2001 <sup>4</sup>               |

Organizado pelo autor

Os anos de publicação dos livros de Lewis em questão sugerem uma resposta imediata a um evento posto: os atentados terroristas de 11 de Setembro. A literatura de encomenda, que oferece resposta às questões mais imediatas, consolida caricaturas que cintilam no imaginário ocidental. Vejamos uma passagem do livro *A descoberta da Europa pelo islã*, que, apesar de o ano de publicação da primeira edição (1982) indicar não se tratar de uma resposta imediata aos atentados terroristas de 11 de Setembro (sua segunda edição coincide justamente com o ano do atentado, na publicação em língua inglesa), traz problemáticos argumentos que merecem ser destacados:

<sup>4</sup> O segundo lançamento deste livro em língua inglesa ocorreu no ano de 2001.

Pode parecer estranho que a civilização islâmica clássica, que em seus primórdios foi enormemente afetada por influências gregas e asiáticas, viesse rejeitar de forma tão decisiva o Ocidente. Mas podemos sugerir uma explicação plausível. Enquanto o Islã ainda estava receptivo e em expansão, a Europa ocidental tinha pouco ou nada a oferecer, mas, ao contrário, lisonjeava o orgulho muçulmano com o espetáculo de uma cultura que era visível e palpavelmente inferior. Além disso, o próprio fato de ser cristã a desprestigiava de antemão. A doutrina muçulmana das revelações sucessivas, culminando na missão final de Maomé, levava os muçulmanos a rejeitar o cristianismo como uma forma anterior e imperfeita de algo que ele próprio possuía em sua forma perfeita e definitiva e, em consequência, a desqualificar a civilização e o pensamento cristãos. Após o impacto inicial do cristianismo oriental sobre o islã em seu período inicial, as influências cristãs, até mesmo da avançada civilização de Bizâncio, foram reduzidas ao mínimo. Mais tarde, quando a expansão cristã e o recuo do Islã haviam criado uma nova relação, o Islã havia se cristalizado em suas formas de pensamento e comportamento e se tornara impermeável a estímulos externos, em especial aos que provinham do milenar adversário no Ocidente. Cercados pelo poderio militar do império Otomano, ainda uma formidável barreira mesmo durante o seu declínio, os povos do Islã continuaram, até o início da era moderna, a nutrir – como alguns no Ocidente ainda hoje fazem – a convicção de uma imutável e imensurável superioridade de sua própria civilização com relação a todas as demais. (LEWIS, 2010, p. 380)

Lewis, ao argumentar sobre um Islã que se cristalizou em sua forma de pensamento e comportamento e se tornou impermeável a estímulos externos, não se baseia nos princípios essenciais do conceito da cultura, que são o caráter híbrido e permeável da mesma. Citando como um exemplo simples que endossa a argumentação de Edward Said acerca da permeabilidade cultural, consideremos a população iraniana que fala línguas que são, em sua maioria, indo-arábicas e de descendência ariana. Quanto à suposta “convicção de uma imutável e imensurável superioridade de que exibiam os povos islâmicos” alegada por Lewis (2010, p. 380), precisamos criticar o emprego da palavra imutável, pelas razões já explicadas neste mesmo parágrafo, enquanto que o senso de superioridade é tão natural às diversas culturas que se torna uma ação banal utilizá-lo como argumento para justificar a rejeição islâmica ao Ocidente. As culturas que não exibem o senso de superioridade caminham para o declínio, como lembrou bem Yi Fu Tuan (1980, p. 36) em *Topofilia*. Geralmente, o senso de superioridade desaparece quando um povo que possui uma dada cultura está submetido ao poder de outro povo. O choque de valores que se manifestam neste contato geralmente produz como resultado a banalização da cultura do derrotado e a supervalorização dos aspectos culturais do vitorioso, apesar de que já pudemos assistir, em inúmeros eventos na história, que a defesa dos valores culturais – como a valorização da língua nativa – pode ser uma forma de resistência à dominação.

As generalizações e estereótipos se reproduzem em outras obras de autoria de Bernard Lewis, como, por exemplo, em *A Crise do Islã*. Neste trecho há uma tentativa de justificar a incapacidade do Islã de se “adequar à modernidade”:

Quase todo o mundo muçulmano é afetado por pobreza e tirania. Ambos os problemas são atribuídos, especialmente por aqueles interessados em desviar a atenção de si mesmos, aos Estados Unidos – o primeiro, à dominância e exploração econômica norte-americanas, agora apenas superficialmente disfarçada de “globalização”; o segundo, ao apoio norte-americano a muitos dos chamados tiranos muçulmanos que servem a seus propósitos. A globalização tornou-se um dos temas mais importantes da mídia árabe, e é quase sempre suscitada em associação à penetração econômica norte-americana. A situação cada vez mais deplorável da economia na maior parte do mundo muçulmano, comparada não apenas com o Ocidente, mas também com as economias rapidamente em ascensão do leste da Ásia, alimenta essas frustrações. A supremacia norte-americana, como o Oriente Médio a vê, indica para onde dirigir a culpa e a hostilidade resultantes. (LEWIS, 2004, p. 110)

A argumentação trazida em *A Crise do Islã* é um amontoado de generalizações superficiais. Na posição de um pesquisador que já produziu tanto sobre o Islã, era de se supor que Lewis teria mais cuidado com as palavras e que relativizasse as generalizações, mas não o faz. Como é possível considerar o Islã um bloco monolítico de países? Como colocar no mesmo objeto de análise da relação entre Ocidente e Islã sociedades tão distintas entre si, como aquelas que encontramos no Iêmen e na Malásia? Os eventos que se sucederam no Egito, na Tunísia e na Líbia e que foram batizados como Primavera Árabe, mostraram que as sociedades islâmicas podem se levantar contra os seus próprios ditadores, em uma busca de superação do perverso universo de estagnação socioeconômica que o próprio Ocidente ajudou a construir sob o Islã. Lewis não reflete acerca da gênese da deprimente situação econômica enfrentada por alguns países árabes que, sem a devida diversificação econômica e profundamente especializados no petróleo, tornaram-se vítimas preferenciais do imperialismo ocidental. A ligação entre as elites envolvidas com a produção do petróleo permitiu uma perversa prisão social que enriquecia ainda mais as elites e deixava a base da pirâmide social à míngua.

Quando caminhamos para este tipo de discussão, a figura de Shimon Peres se destaca. Peres se aventurou a teorizar sobre as dificuldades que envolviam palestinos e israelenses e concluiu que as péssimas condições socioeconômicas dos primeiros eram uma das explicações para as relações tão conturbadas entre os dois povos. Muito chocado com a situação social da Faixa de Gaza, Peres, que ocupou cargos importantes da política israelense após ter escrito o seu livro *O novo Oriente Médio*, argumentou que a paz poderia trazer muito desenvolvimento para o paupérrimo território. Deixou claro que a melhoria socioeconômica dos palestinos seria boa para Israel, pois, como bem considerou, a pobreza é o pai do fundamentalismo (PERES, 1994, p. 97). No que diz respeito a Peres, deixemos estas argumentações apenas para o campo da retórica, pois, enquanto foi gestor de Estado, suas atuações no sentido de fazer valer os aspectos teóricos aqui abordados não se mostraram muito eficazes.

Voltemos a Lewis. No capítulo de conclusão de um dos seus livros mais vendidos, o autor tenta responder a uma pergunta que dá título à sua obra: “*O que deu de errado no Oriente Médio?*”. Na argumentação a seguir, Lewis tenta desqualificar o papel do imperialismo como força que promoveu a perda do protagonismo árabe:

A ascensão do nacionalismo – ele próprio uma importação da Europa – produziu novas percepções. Os árabes puderam lançar a culpa por suas dificuldades sobre os turcos, que os havia dominado durante muitos séculos. Os turcos puderam atribuir a estagnação de sua civilização ao peso morto do passado árabe em que as energias criativas de seu povo turco foram aprisionadas e imobilizadas. Os persas puderam lançar a culpa pela perda de suas antigas glórias sobre árabes, turcos e mongóis, sem discriminação. O período de hegemonia francesa e britânica em grande parte do mundo árabe nos séculos XIX e XX produziu um bode expiatório novo e mais plausível – o imperialismo ocidental. No Oriente Médio, houve boas razões para tal acusação. A dominação política e a penetração econômica ocidentais, e – mais longa, mais profunda e mais insidiosa que tudo – a influência cultural, haviam alterado a face da região e transformado a vida de seu povo, conduzindo-o em novas direções, despertando novas esperanças e medos, criando novos perigos e expectativas igualmente sem precedentes em seu próprio passado cultural. Mas o interlúdio anglo-francês foi relativamente breve e terminou meio século atrás; a mudança para o pior começou muito tempo antes de sua chegada e não diminuiu após sua partida. Inevitavelmente, o papel que lhes cabia como vilões foi assumido pelos Estados Unidos, juntamente com outros aspectos da liderança do Ocidente. A tentativa de transferir a culpa para os Estados Unidos conquistou considerável apoio, mas por razões semelhantes continua convincente. O domínio anglo-francês e a influência americana, como as invasões mongóis, foram uma consequência, não uma causa, da fraqueza interna dos Estados e das sociedades do Oriente Médio. Alguns observadores, tanto dentro quanto fora da região, assinalaram as diferenças no desenvolvimento pós-imperial de antigas possessões britânicas – por exemplo, entre Aden no Oriente Médio e lugares como Cingapura e Hong Kong; ou entre os vários territórios que outrora compuseram o Império britânico na Índia. (LEWIS, 2002, p. 176-177)

Neste desenvolvimento bem articulado de Lewis, é transmitida a ideia de que o terrorismo e as reações de indisposição do Islã com o Ocidente são injustificadas. O Islã teria “perdido um jogo” e esperneia sem razão, como um bebê chorão. Lewis banaliza a indisposição dos países árabes contra os seus ocupantes de um passado recente, como se isto não lhes tivesse trazido prejuízo relevante. Lewis, em suma, minimiza o papel do imperialismo e do colonialismo que foram experimentados pelo Islã como importante explicação para a perda do seu protagonismo.

As reações dos colonizados contra o imperialismo e a colonização acontecem de forma espontânea em diversas sociedades que passaram por estas experiências. Por mais despolitizada que seja caracterizada a sociedade de países islâmicos, a escolha racional prevalece. Neste caso, julgo ser muito difícil para os povos que foram submetidos pelos poderes europeus desconsiderarem os efeitos negativos de sua subjugação. A luta contra o poder colonial, qualquer que seja a forma em que ela se manifeste, faz parte de uma escolha racional. Sugerimos aqui uma analogia, que pretende associar a pretensa despolitização do povo de uma colônia à baixa capacidade cognitiva de uma criança: quando tiver a opção da escolha, uma criança que acabou de aprender a andar vai experimentar os caminhos mais curtos para chegar ao destino planejado, a não ser que esteja praticando, ainda que de forma incipiente, aquilo que George Tsebelis chamou de jogos ocultos (ideia presente em obra homônima). Esta é a escolha racional da criança: encurtar seus caminhos rumo ao objetivo. A baixa capacidade cognitiva da criança e a pretensa despolitização dos povos colonizados não impedem a realização de escolhas racionais. As escolhas mais elaboradas, que podem envolver a prática de jogos ocultos, exigem um maior nível de organização da estratégia. Não nos parece, em nenhuma

hipótese, que as mazelas trazidas pelo imperialismo sejam sutis a ponto de não serem percebidas pelo mais simples esforço de compreensão.

Em outra parte de sua argumentação, Lewis lembra bem que a Inglaterra e a França, a partir do acordo *Sykes-Picot*, de 1916, estabeleceram áreas de influência no Oriente Médio no vácuo deixado pelo dismantelamento do Império Turco-Otomano. O autor alega que por ali permaneceram por pouco tempo (se comparado com outros imperialistas regionais) e que, portanto, “não deveriam receber tanta carga de responsabilidade pelos povos islâmicos que experimentaram o seu domínio” (2010, p. 378). Esta é uma visão da qual discordamos com veemência. Em comparação com a dominação franco-britânica, a dominação do Império Turco-Otomano deixou rastros de domínio bem menos visíveis nos países árabes após a sua partida. A Inglaterra deixou, durante longo período, a presença de empresas de exploração petrolífera que mantinham o perverso pacto colonial transvestido de neocolonialismo. A reação imperial se volta para o Ocidente, incluindo aí os Estados Unidos, que através do seu poder econômico se impõem na Península Arábica, fazendo os ditos empobrecidos cidadãos desses países observarem na paisagem de sua morada a atuação de grandiosas empresas multinacionais. Enquanto a dominação era militar e efetiva, a luta estava em um plano. Com o ganho de independência formal, a dominação ganhou uma nova roupagem e a resistência a ela também. Por esta a razão, a culpa recai sobre o Ocidente com mais força do que em outros imperialistas do passado.

Não é surpresa para ninguém o invasor, em uma relação que envolva o colonizador e o colonizado, ter o ônus da culpa pela situação social, assim como em uma democracia o chefe do executivo não raramente é responsabilizado pelo mau momento econômico. No caso de um chefe do executivo, a atribuição de responsabilidade pode não ser muito justa em uma situação em que a crise é melhor explicada pelo contexto internacional do que pelo nacional. Na mesma medida, o imperialista pode responsabilizar o contexto interno e não a sua ação enquanto ocupante para explicar a pobreza e o caos social. Qualquer que seja a responsabilidade daquele que tem o poder às mãos, é legítima a indisposição de uma sociedade com a atuação do poderoso. Parece-nos pouco cauteloso excluir o poderoso de qualquer culpa, como faz Lewis quando tenta livrar do imperialismo franco-britânico na Península Arábica a responsabilidade pela pobreza que atinge a maior parte da população daqueles países.

Lewis peca também por não deixar claro de onde a indisposição parte, ou pelo menos em qual escala ela se manifesta. Afinal, trata como injustiçados as ex-potências imperiais europeias e também os Estados Unidos, o que claramente se refere a uma escala estatal. Quando se refere ao Islã, não deixa claro se a insatisfação contra o Ocidente parte do Estado ou da sociedade. É plausível considerar que são menos Estados no mundo contemporâneo indispostos com os Estados Unidos do que sociedades. Muitos Estados islâmicos podem ser considerados colaboradores na ótica americana. Não é possível ignorar essas assimetrias na relação entre o Ocidente e o Islã.

A incapacidade de distinguir Estado e sociedade no que diz respeito à questão abordada é comum e preocupante. Novas expressões têm surgido para aludir às relações entre sociedade e Estado, sendo divulgadas amplamente por jornalistas que fazem cobertura para os cadernos internacionais dos jornais. A relação conflituosa entre Estado e grupos não estatais deu origem, por exemplo, ao termo *Guerra Assimétrica*, em uma clara referência às ações terroristas como as que aconteceram em Nova York em setembro de 2001, mostrando que as pessoas que analisam o ocorrido, estejam

elas no campo jornalístico ou acadêmico, perceberam a relevância da diferenciação das forças que estavam entrando em choque.

Said denuncia ainda a formação de uma ideia generalizadora acerca do muçulmano padrão, feita pelas produções midiáticas e acadêmicas:

Durante décadas, desenrolou-se uma guerra cultural contra os árabes e o islamismo nos Estados Unidos: caricaturas racistas assustadoras de árabes muçulmanos dão a entender que são todos terroristas ou xeques, e que a região é uma grande favela árida, só prestando para a guerra ou para o lucro. A própria ideia de que possa existir uma história, uma cultura, uma sociedade – na verdade muitas sociedades –, não entrou em cena mais do que uma ou duas vezes, e nem mesmo durante o coro de vozes proclamando as virtudes do multiculturalismo. (SAID, 2011, p. 459)

O reposicionamento do Islã como objeto de intensa preocupação ocidental (já foi outrora, contemporaneamente às cruzadas do medievo) se deu em um período não maior do que 70 anos. Durante muito tempo, o incômodo que o Islã causava era sufocado por um problema maior: o socialismo soviético. À medida que a União Soviética deixou de ser um problema, o Islã assumiu esta posição e não tem encontrado um substituto para que possa descansar em relação ao achincalhamento e demonização ocidental. Cronologicamente, podemos destacar alguns eventos muito marcantes que alçaram o Islã a uma posição de destaque no rol de preocupações das potências ocidentais:

**A) A criação do Estado de Israel:** desde a declaração do ministro britânico das relações exteriores James Arthur Balfour, o Ocidente pode perceber com mais clareza a oposição dos islâmicos ao intento que atendia aos interesses dos sionistas. A não aceitação da presença de um Estado judeu na região do levante e outros problemas associados à condução do processo de formação territorial dos novos Estados regionais levaram países islâmicos à Guerra de Independência (1948). A pacificação do Oriente Médio é um objetivo ocidental e tornou-se uma obsessão depois dos diversos exemplos de efeitos colaterais que a instabilidade regional pode gerar para o Ocidente;

**B) O plano Johnston negado:** Eric Johnston, enviado americano para a mediação dos recursos hídricos da bacia do Rio Jordão, vê, em meados da década de 1950, o seu plano ser rejeitado. Os Estados islâmicos que compartilhavam as águas da Bacia do Rio Jordão não aceitaram o plano pelo fato de o mesmo significar o reconhecimento de Israel. O plano visava à diminuição da escalada da violência, que poderia levar Israel e seus vizinhos à guerra, sobretudo com a iminente implementação do sistema israelense *National Water Carrier*;

**C) Ascensão do Pan-Arabismo:** a doutrina de Gamal Abdel Nasser que ganhou força na década de 1950 não era bem vista pelo Ocidente, por ter como um dos seus motes o não alinhamento, a oposição sistemática a Israel e possuir retórica antineocolonial;

**D) Guerra do Yom Kippur:** ocorrida em 1973, a Guerra foi uma resposta às conquistas territoriais israelenses obtidas durante a Guerra dos Seis Dias (1967). A via militar foi uma opção levada a sério pelos Estados vizinhos de Israel logo após a rejeição da Resolução 242 das Nações Unidas. A Guerra do Yom Kippur teve como efeito colateral a crise do petróleo de 1973, deixando claro para o Ocidente a importância da pacificação e estabilização do Oriente Médio;

**E) A Revolução Iraniana:** ocorrida em 1979, este evento político deu origem a uma nova perturbação nos preços internacionais do petróleo. Além disso, como já foi visto, os aiatolás se afastaram dos Estados Unidos. A partir da década de 1970, o esforço do Ocidente passou a gerar resultados. O

Egito aproximou-se do Ocidente e de Israel. Mais a leste, o Iraque servia aos interesses do Ocidente ao entrar em guerra com o Irã dos aiatolás. Beneficiado com a ampla rede de apoio que teria caso se indisputasse com Teerã, Saddam atacou o Irã. Contudo, logo após o final do conflito, o Iraque construiu para si uma nova imagem junto ao Ocidente;

**F) A Guerra do Golfo de 1991:** o Iraque faz uma escolha que não era satisfatória para os Estados Unidos e outras potências ocidentais: a invasão do Kuwait. Pior do que a invasão em si, foi o fato de o ex-aliado ocidental resistir a um ultimato dado pelas potências, precipitando a Guerra do Golfo. A derrota iraquiana em um mês de conflito foi uma lição dada pelo Ocidente às nações que quisessem manter políticas contrárias aos interesses das potências. Se por um lado não ocorreram novos desafios por parte dos Estados, o terrorismo se consolidou como um efeito colateral da relação Ocidente x Islã, tendo seu ponto máximo em 2001;

**G) Os Atentados Terroristas de 11 de Setembro:** foi interpretado como um ataque aos valores ocidentais. O Afeganistão, por sua vez, foi invadido por supostamente dar abrigo a uma rede terrorista e ao mentor dos atentados. Já a invasão ao Iraque, feita pelos Estados Unidos em 2003, foi um efeito colateral da chamada “Guerra ao Terror”, que é uma consequência dos atentados.

Enfim, o radicalismo e o extremismo se consolidam como o lugar-comum do islâmico aos olhos do ocidental. A Primavera Árabe é vista como algo positivo por derrubar figuras que já tiveram seus enteveros com o Ocidente, como o líbio Kadafi. O histórico de choque de interesses entre islâmicos e ocidentais acabou dando espaço para as explicações mais simplistas e generalistas possíveis. Como resposta à pergunta “Por que o Oriente Médio concentra tantos conflitos?”, colheríamos uma grande diversidade de conteúdo etnocêntrico. Neste particular, é emblemática a abordagem de Samuel Huntington no seu livro *Choque das Civilizações*. Em um subcapítulo nomeado “*As fronteiras ensanguentadas do islã*”, Huntington discorre acerca da violência que envolve os Estados majoritariamente islâmicos contra Estados não islâmicos, bem como a violência entre islâmicos. O autor elaborou um quadro que apresenta as possíveis causas da propensão muçulmana para o conflito:

TABELA 2 Conflitos envolvendo muçulmanos: causas

|                                       | Conflito Extramuçulmano/<br>muçulmano | Conflito Intra e<br>Extramuçulmano                 |
|---------------------------------------|---------------------------------------|--|
| Conflitos históricos e contemporâneos | Proximidade;<br>Indigestibilidade;    | Militarismo  |
| Conflitos contemporâneos              | Condição de vítima                    | Bolsão demográfico e Inexistência de Estado-Núcleo |

Fonte: HUNTINGTON, Samuel (1997).

Huntington levanta quatro grandes hipóteses para justificar o que ele chama de propensão à violência. Na primeira hipótese, argumenta:

Há quem sustente que o Islamismo foi, desde o seu começo, uma religião da espada e que ele glorifica as virtudes militares. O Islamismo se originou em meio a tribos beduínas nômades sempre em guerra, e essa origem violenta está estampada na fundação do Islamismo. O próprio Maomé é recordado como um guerreiro empedernido e um hábil comandante militar (ninguém diria o mesmo de Cristo ou Buda). Argumenta-se que as doutrinas do Islamismo ditam a guerra contra os infiéis e, quando a expansão inicial do Islã se exauriu, os grupos muçulmanos, muito ao contrário da doutrina, passaram a lutar entre si. A proporção da *fitna*, ou conflitos internos, para a *jihad* mudou de forma espetacular em favor da primeira. O Corão e outros textos do credo muçulmano contêm poucas proibições à violência, e não há na doutrina e na prática muçulmanas uma concepção de não-violência. (HUNTINGTON, 1997, p. 335)

A violência em nome de uma causa religiosa não é peculiar ao Islamismo. Os cristãos também foram violentos na ocasião das cruzadas para o Oriente. Este argumento apresentado por Huntington desconsidera toda a experiência histórica de outras religiões, que também estiveram em diversos momentos envolvidos com atividades violentas que eram associadas à imposição da religião. A ocupação do continente americano, que exterminou diversos povos indígenas, esteve de braços dados com a desculpa da catequização dos ímpios que tinham hábitos profanos (na visão dos europeus), como o sacrifício humano.

A segunda hipótese de Huntington para justificar a tendência islâmica à violência é a abrangência do Islã. Na sua expansão, o Islamismo se consolidou em vasta extensão do planeta, da Indonésia ao Marrocos. Devido à sua importância relativa no mundo, é de se supor que as nações islâmicas estejam envolvidas com conflitos internacionais. É uma questão estatística: na amostra de países, há uma grande concentração de Estados islâmicos, assim como, na amostra de população, boa parte do universo amostral é composto por cidadãos muçulmanos.

A terceira hipótese é o que Huntington chama de indigestibilidade:

A indigestibilidade funciona em dois sentidos: os países muçulmanos têm problema com as minorias não muçulmanas comparáveis aos que os países não muçulmanos têm com minorias muçulmanas. Mais até do que o Cristianismo, o Islamismo é uma fé absolutista. Ela funde religião e política e traça uma linha nítida entre aqueles do Dar al-Islam e aqueles do Dar Al-Harb. Em consequência, confucianos, budistas, hindus, cristão ocidentais e cristão ortodoxos têm menos dificuldade para se adaptar uns aos outros e viver uns com os outros do que qualquer deles tem para se adaptar aos muçulmanos e viver com os muçulmanos. (HUNTINGTON, 1997, p. 336)

Este argumento é um completo absurdo. Primeiramente pelo fato de o autor definir os indivíduos a partir da religião, enquanto que em muitos casos a razão da diferença é étnica. Basta vermos as dificuldades que os curdos enfrentam no Iraque. Durante o regime de Saddam Hussein, apoiado pelos árabes sunitas, os curdos, também sunitas, guardavam imensas diferenças com o governo do ditador. Pela conjuntura etnogeográfica iraquiana, era mais plausível uma aproximação de árabes xiitas com curdos sunitas do que dos primeiros com os árabes sunitas. Julgar o Islã como uma fé que inspira a violência é um descuido. No Sri Lanka, budistas e hindus possuem sérias divergências. Católicos e protestantes na Irlanda do Norte também. A experiência histórica e política faz mais

sentido do que a fácil explicação que se pretendeu oferecer: a intolerância do islamismo frente às demais expressões religiosas.

As religiões fazem com que a paisagem necessite ser compreendida como culturalmente produzida. O espaço sagrado e o espaço profano estão sempre vinculados a um espaço social. Os homens não apenas criam espaços sagrados como também procuram materializar seus sentimentos, imagens e pensamentos neles (ROSENDHAL, 1996, p. 23). À medida que o espaço se sacraliza ou se transforma naquilo que Tuan (2005) chamou de *Paisagens do medo*, a religião se apropria simbólica ou concretamente do mesmo, territorializando-o. As religiões possuem territorialidade e é natural que as realidades culturais sobrepostas venham a abrir caminho para disputas de cunho ideológico. Basta percebermos as diversas camadas de um palimpsesto cultural que repousam em Jerusalém para avaliarmos como a posse da cidade ou parte dela se torna uma das difíceis questões a serem tratadas por aqueles que a reivindicam. A existência de um continente inteiro – o americano – relativamente homogêneo do ponto de vista religioso e cercado por grandes massas oceânicas a leste e oeste faz com que o cristianismo não tenha grandes rivais por aqui. A Europa ocidental cristã, por sua vez, experimenta desafios maiores. Huntington, ao afirmar que países não muçulmanos se entendem melhor com as minorias muçulmanas, apresenta uma premissa pouco densa. Logicamente que, para avaliar a diversidade em uma sociedade, as proporções importam. Minorias pouco expressivas podem passar despercebidas, enquanto que minorias mais expressivas e crescentes podem gerar tensões sociais. Basta vermos o que acontece hoje na França. Situada no continente europeu e aberta às migrações terrestres, a França tornou-se o destino predileto de magrebinos que buscam o Velho Continente. O islamismo na França é um assunto muito delicado. De manifestações incendiárias por parte de magrebinos islâmicos à efetivação da lei que proíbe o uso de certos trajes em ambientes públicos, a França vem lidando com dificuldade com o número crescente de pessoas de fé muçulmana no país. O partido ultranacionalista francês *Front National* faz da oposição à migração e à manifestação cultural muçulmana uma de suas bandeiras políticas.

Em suma, o islamismo se situa geograficamente em uma grande área de contato com nações não islâmicas na Europa, na Ásia e na África, sendo esta uma melhor explicação do que a que foi dada por Huntington. A segunda das quatro hipóteses de Huntington ajuda a entender a terceira. Rechaçamos a tese de uma peculiar “indigestibilidade islâmica”.

Alguns poderiam argumentar, que para um não islâmico, viver em um país como o Irã ou a Arábia Saudita seja um fardo muito pesado. Mesmo os Estados laicos possuem traços de sua tradição religiosa presentes na lei. É muito provável que um muçulmano estranhe alguns aspectos da constituição de um país tipicamente ocidental. Morar no Butão ou na Mongólia, países que não são islâmicos, é também um verdadeiro desafio para um ocidental. Para um ocidental que nasceu e viveu em uma sociedade democrática avançada, como uma das nações escandinavas, morar em uma ditadura também se torna um choque de realidades.

A quarta hipótese de Huntington que busca apontar a razão pela qual os muçulmanos tendem à violência é a explosão demográfica. Em suas palavras:

A explosão demográfica nas sociedades muçulmanas e a disponibilidade de grande quantidade de homens frequentemente desempregados, entre as idades de 15 e 30 anos, é uma fonte natural de instabilidade e violência, tanto no seio do islã como contra não-muçulmanos. Quaisquer outras causas podem estar operando, mas este fator sozinho muito serviria para explicar a violência nos anos 80 e 90. O envelhecimento dessa geração de filhotes de tigre ao se chegar à terceira década do século XXI e o desenvolvimento econômico das sociedades muçulmanas, se e quando ele ocorrer, poderiam conseqüentemente levar a uma redução significativa da propensão muçulmana para a violência e, por conseguinte, a uma diminuição geral da frequência e intensidade das guerras de linha de fratura. (HUNTINGTON, 1997, p. 337)

Huntington afirma categoricamente que a explosão demográfica serviria para explicar, sem se apoiar em outros fatores, a violência dos anos 1980 e 1990 no mundo islâmico. Boa parte do mundo dito subdesenvolvido enfrentou momentos de explosão demográfica nas passagens das décadas de 1970 e 1980. Nem por isso utilizamos esta explicação como resposta para distúrbios que tenham ocorrido na América Latina. O Oriente Médio é conhecido por possuir altas taxas de crescimento demográfico. Contudo, assim como na ampla maioria dos países do mundo, essas taxas estão em declínio. Isso não é garantia de estabilidade e ordem política. A Síria da década de 1980 era um lugar politicamente mais estável do que a Síria de 2013, envolta em conflitos que buscam desafiar o *status quo* político. A Síria de 1980 apresentava taxa de crescimento demográfico maior do que a atual. Exemplos como estes poderiam se multiplicar aqui e rechaçar a tese de Huntington. As boas condições de vida oferecidas à população nos parecem ser uma força que garante mais estabilidade do que a redução do crescimento demográfico em si. Não importa a proporção de jovens, e sim as perspectivas que os mesmos encontram em suas vidas. Um jovem somali pode cogitar a possibilidade de se aventurar no ramo da pirataria ou em alguma área criminosa em que se aproveite do ambiente anárquico em que ele vive, enquanto que um jovem norueguês possui perspectivas bem diferentes.

Entendemos a colocação de Huntington, apesar de não concordarmos. Esta confusão é relativamente comum, pois existe uma forte correlação entre as altas taxas de crescimento demográfico e um perturbador quadro social. A pobreza explica em boa parte as altas taxas de fecundidade, assim como a taxa de urbanização também o faz. Quando as taxas de crescimento demográfico diminuem por causas naturais e não políticas, associamos esta tendência à melhoria geral dos indicadores socioeconômicos. A partir dessa premissa, não podemos pensar que o crescimento demográfico é um fator que atua sozinho para a produção de instabilidades políticas. É plausível admitir que ele seja um efeito colateral daquilo que é mais importante para as instabilidades, que é o quadro político e social em que está envolto um grupo de indivíduos. Uma vez que o alto crescimento demográfico existe, dando lugar a uma grande proporção de jovens a uma população, é plausível admitir que tal cenário demográfico contribua, mas não explique sozinho, as instabilidades políticas.

## Conclusão

Os estereótipos vão sendo construídos acerca do Islã e multiplicados nas últimas décadas. A aceleração deste processo se associa diretamente ao plano das relações internacionais. Os atentados de 11 de Setembro, devido à sua cobertura midiática e à busca pela compreensão do fenômeno em questão, levou parcela da população ocidental a se alimentar de fontes orientalistas. Caricaturas que reúnem características rígidas dadas aos homens de acordo com o seu local de nascimento ou fé que professa foram produzidas, como se a nacionalidade e a opção religiosa fossem sinônimos. Explicações superficiais surgem para explicar incidentes que envolvem povos islâmicos e não islâmicos. Rasas e sem substância, tais explicações sucumbem àqueles que possuem uma pequena boa vontade de racionalizar as argumentações estereotipadas. A desculpa do imperialismo não pode ser uma explicação fácil para justificar a oposição entre o Islã e o Ocidente – afinal, por detrás dessa palavra se escondem múltiplos processos ávidos por serem dissecados. Relativizar a culpa que é imputada ao Islã não é uma mera negação de fatos que estão evidentes para quem acessar as manchetes. Preferimos enxergar tal relativização como a chance de proporcionar uma reflexão acerca do papel do Ocidente nesta relação conflituosa. O mundo é hoje uma teia de relações sistêmicas em que cada uma das partes percebe com clareza que sua ação causa uma reação. Nas palavras de Joshua Cooper Ramo, escritas no seu livro *The age of the unthinkable*, “sistemas complexos podem exibir comportamentos catastróficos no momento em que uma das partes do sistema pode atingir muitas outras através de um efeito dominó” (RAMO, 2009, p. 17).

As verdades são impostas e reproduzidas. Nem todas são feitas premeditadamente. O homem que não pratica o exercício do relativismo cultural – que é doloroso para muitos – analisa a realidade a partir de uma lógica etnocêntrica, julgando sociedades distintas das suas como incoerentes, profanas e diversas outras qualificações pejorativas que podem aqui caber. As relações de poder entre as nações e a força das comunicações podem acentuar as visões etnocêntricas de certo e errado, fazendo com que a sociedade dominadora, que impõe a verdade em âmbito global, caia na armadilha da contradição. Sobre as comunicações e imposição cultural, argumenta Said:

A interiorização das normas utilizadas no discurso cultural, as regras a seguir quando fazem pronunciamentos, a “história” que se torna oficial em oposição à não oficial: tudo isso, evidentemente, é uma maneira de reger a discussão pública em todas as sociedades. A diferença, aqui, é que a escala épica do poder mundial dos Estados Unidos e o poder correspondente do consenso nacional interno criado pela mídia eletrônica não têm precedentes. Nunca foi tão difícil se opor a um consenso, e nunca foi tão fácil e lógico sucumbir inconscientemente a ele (...)

(...) Ao falar de controle e consenso, empreguei deliberadamente o termo “hegemonia”, apesar de Nye, que julga que os Estados Unidos não têm, atualmente, pretensões hegemônicas. Não se trata de um regime de conformidade diretamente imposto na correspondência entre o discurso cultural e a política dos Estados Unidos no mundo subordinado, não ocidental. Trata-se antes de um sistema de pressões e coerções por meio do qual todo o corpo cultural conserva a sua identidade e rumo essencialmente imperiais. (SAID, 2010, p. 491-492)

Fica claro, na visão de Said, que através das comunicações ocorre uma nova forma de imperialismo. Quando Nye duvida das pretensões hegemônicas, talvez esteja se referindo a uma conceituação dura do que seja hegemonia, mais atrelada ao realismo político, enquanto o que temos é uma do-

minação através da coerção, direcionada aos Estados por meio de outros Estados, como também de instituições políticas. Ocorre também a dominação pela comunicação, aqui abordada, através da mídia eletrônica, que parece atingir muito mais o âmago das sociedades não ocidentais do que propriamente dos Estados que abrigam estas sociedades. Através desses processos citados, aquilo que Said chamou de “consensos” vai se impondo entre sociedades e Estados. Apesar da imposição, as racionalizações ainda nos permitem contradições ridículas.

Em mundo em que o processo de globalização se acentua a passos largos, as justificativas morais para as ações imperialistas em plano internacional crescem em importância. A retórica torna-se um instrumento que busca o posicionamento do poderoso por debaixo da sombra da moral, a partir da desqualificação do ator que sofre a ação imperialista. É através da retórica que os valores das grandes instituições internacionais são edificados. É a mesma retórica que pode, também, esconder as contradições da ação imperialista.

## Referências

- BADIE, Bertrand. *Um mundo sem soberania: Os Estados entre o artifício e a responsabilidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- CHOMSKY, Noam. *11 de Setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- HUNTINGTON, Samuel. *O Choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KLUCKHOHN, Clyde K. M. In: GEERTZ, Clifford. *Thick Description: Toward an interpretive theory of culture*. In: Price, Patricia L. and Oakes, Timothy S. *The Cultural Geography Reader*. New York: Routledge, 2008.
- LEWIS, Bernard. *Os assassinos: os primórdios do terrorismo no islã*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O que deu errado no Oriente Médio?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A crise do islã: Guerra Santa e Terror profano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A descoberta da Europa pelo islã*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- PERES, Shimon. *O Novo Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1994.
- RAMO, Joshua Cooper. *The Age of The Unthinkable*. New York: Hachette Group Book, 2009.
- ROSENDHAL, Zeny. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- TSEBELIS, George. *Jogos Ocultos: escolha racional no campo da política comparada*. São Paulo: Edusp, 1998.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Paisagens do Medo*. São Paulo: Unesp, 2005.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.